



VI-053 - NOVA VISÃO ECOLÓGICA: PERFEITO ENTROSAMENTO DOS INDIVÍDUOS E DA SOCIEDADE NOS PROCESSOS CÍCLICOS DA NATUREZA

Silvana Câmara Torquato⁽¹⁾

Bióloga pela Universidade Estadual da Paraíba (UEPB). Mestranda pelo Programa Regional de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente (PRODEMA), sub-programa UFPB/UEPB.

Anahi de Castro Barbosa

Analista em Relações Internacionais pela Universidade de Brasília UnB. Pós-graduanda MBA em Gestão de Projetos pela FIAA- Faculdades Integradas Anglo Americano. Mestranda pelo Programa Regional de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente (PRODEMA), sub-programa UFPB/UEPB.

Adriana dos Santos Bezerra

Administradora pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG). Especialista em Gestão Estratégica dos Negócios pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG). Mestranda pelo Programa Regional de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente (PRODEMA), sub-programa UFPB/UEPB. Professora nos cursos de Administração da FACRUZ- PE e Maurício de Nassau Campina Grande – PB.

Regilene Alves Portela

Enfermeira pela Universidade Estadual da Paraíba. Especialista em saúde pública pela FACISA. Mestranda em Desenvolvimento e Meio ambiente (PRODEMA- UEPB/UFPB). Professora Substituta da Universidade Estadual da Paraíba.

Wilton Silva Lopes

Químico Industrial pela Universidade Estadual da Paraíba, UEPB. Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente, Universidade Federal da Paraíba, UFPB. Doutorado em Química pela Universidade Federal da Paraíba, UFPB. Pós-Doutorado pela Universidade de São Paulo. Professor Titular da Universidade Estadual da Paraíba.

Endereço⁽¹⁾: Rua Malaquias de Souza do Ó, 195- Mirante – Campina Grande - PB - CEP:58407-563 - Brasil - Tel: (83) 8865-2524 - e-mail: silvana.torquato@hotmail.com

RESUMO

O principal enfoque deste trabalho foi buscar uma reflexão para a construção de novos espaços que coloquem o consumo sustentável na agenda global. Abordando o tema do consumo e da sustentabilidade, como alternativa a uma lógica convencional, reconhece-se acima de tudo os limites do planeta Terra. Para tanto, buscou-se fundamentar teoricamente as ações práticas do homem que se concretizaram na atualidade, inserindo-se neste contexto os estudos e pesquisa sobre o meio ambiente e a interação saudável e benéfica entre o homem e a natureza, situando-se nessa abordagem as metas e os objetivos da comunidade global. O planeta está chegando num ponto cada vez mais crítico, observando-se o aumento constante do consumo, verifica-se os impactos no plano ecológico global. Sabe-se que se trata de um tema muito complexo, pois as possibilidades de fixar limites são politicamente problemáticas, em qualquer parte do planeta. Diante de tal quadro social, não surpreende que se tenha dificuldade de reduzir o consumo, algo que será absolutamente necessário se desejarmos dar respostas à crise ambiental. Em outras palavras, os padrões de consumo precisarão ser alterados profundamente para que os sistemas biológicos possam renovar-se de modo a sustentar os processos produtivos. Necessita-se de uma visão ecológica que reconheça a interdependência fundamental de todos os fenômenos e o perfeito entrosamento dos indivíduos e das sociedades nos processos cíclicos da natureza. Através desta percepção ecológica, pode-se reconhecer a existência de uma consciência de unidade da teia da vida, a interdependência de suas múltiplas manifestações, seus ciclos de mudanças e de transformações.

PALAVRAS-CHAVE: desenvolvimento sustentável, meio ambiente, visão ecológica.

INTRODUÇÃO

Quando se fala em raiz da crise ambiental do nosso Planeta, refere-se tradicionalmente a crise econômica e social que causam problemas no equilíbrio ecológico. Mas na realidade, a raiz da crise vai mais além das relações de causa-efeito aparentemente observadas. Voltando na história, pode-se observar, segundo Capra



(1997) que o surgimento da visão iluminista, apoiada pelos filósofos contemporâneos, acarretou um enaltecimento do pensamento racional. No desenvolvimento do mundo moderno, o conhecimento racional não só se prevaleceu sobre a sabedoria intuitiva como também a ciência sobre a religião, a competição sobre a cooperação e a exploração intensa dos recursos naturais sobre as atividades de conservação.

A passagem de uma sociedade fundamentalmente agrícola artesanal para o espaço urbano-industrial, que caracterizou a Revolução Industrial nos séculos XVIII e XIX, deu início ao questionamento do pensamento mecanicista, racionalista e reducionista.

A natureza passou a ser um objeto que deve ser possuído e dominado. Visão essa que se fortalecida com a instituição do capitalismo, pois os recursos naturais - que antes eram utilizados para satisfazer as necessidades humanas mais básicas, passam a ser utilizados para acumular riqueza, alimentando um consumismo crescente.

Ao final do século XX, constata-se que a problemática do consumo de bens e a formação do gosto e das preferências estéticas são assuntos centrais para se compreender o mundo moderno. Nas últimas décadas, cientistas sociais e historiadores têm se dedicado com maior afinco a estudar o fenômeno do consumo.

O comportamento consumista sobrecarrega o ecossistema e aquece o clima do planeta, em que se questiona sobre o que poderá acontecer se nada mudar, se nada for feito, se o consumo não for mais consciente, se não desenvolvermos uma visão sistêmica sobre a integração de todas as coisas como meios de produção, hábitos de consumo.

Como relata Campos (2006), com um olhar sistêmico, pode-se perceber, na sociedade contemporânea, dentre os paradigmas gerais da complexidade ou da incerteza, o paradigma, ou subparadigma do consumo que se impõe como norma de vida no mundo globalizado. Tudo indica que ainda é cedo para vislumbrar nesse paradigma o esgotamento que, segundo Sir Isaac Newton, cederia lugar ao novo paradigma, talvez um retorno à espiritualidade – em bases mais consistentes e esclarecidas que o teocentrismo medieval - à relativização do estetismo consumista, à superação do consumo como um fim em si mesmo. De qualquer modo, há muitas pessoas e organizações, em todo o mundo, empreendendo esforços no sentido de superar esse paradigma. Resistindo à maldição do fatalismo e à peste da desesperança de que fala o poeta uruguaio Eduardo Galeano, autor de *As Veias Abertas da América Latina*, elas compreendem que o consumo excessivo é uma doença psicológica e uma grande injustiça contra a natureza e os outros homens.

Os problemas que trouxemos para o século XXI, não podem ser entendidos, isoladamente, porque são sistêmicos, interligados e interdependentes, e as únicas soluções viáveis são as soluções “sustentáveis”. O grande desafio do nosso tempo é criar comunidades sustentáveis, isto é, ambientes sociais e culturais onde podemos satisfazer as nossas necessidades e aspirações sem diminuir as chances das gerações futuras. (CAPRA, 1997)

Em todo o mundo, estão trabalhando, ininterruptamente, em favor de um outro paradigma que contempla a cultura da paz, da compreensão entre os povos, da inutilidade das guerras, da vida simples, da solidariedade humana, afinal, por um mundo melhor. São milhares de iniciativas, a favor do meio ambiente, sem contar fóruns, palestras, cursos, publicações editoriais, manifestações, debates, que se estabelece de forma crescente na sociedade e na mídia diante da enormidade da crise ambiental.

Contudo, este trabalho vislumbra ressaltar o importante papel que devem realizar as instituições da sociedade civil na direção de sensibilizar sobre a importância do consumo ser cada vez mais sustentável.

MATERIAL E MÉTODOS

Através da observação da realidade tem-se conhecimento de que a humanidade está diante de um grande progresso científico e tecnológico e, neste momento, as questões ambientais adquirem especial relevo e tornam-se uma preocupação mundial. Inserem-se neste contexto os estudos e pesquisa sobre o meio ambiente e a interação saudável e benéfica entre o homem e a natureza. Situam-se nessa abordagem as metas e os objetivos da comunidade global. Este trabalho buscou fundamentar teoricamente as ações práticas que se concretizaram na atualidade.



Para a classificação da pesquisa, toma-se como base a metodologia adotada por Vergara (2007). A pesquisa classifica-se quanto aos fins como pesquisa exploratória, na medida em que foi realizada em área na qual há pouco conhecimento acumulado e sistematizado. Quanto aos meios, a pesquisa foi bibliográfica tendo em vista que a fundamentação teórico-metodológica do trabalho recorreu ao uso de livros, revistas e redes eletrônicas especializadas.

RESULTADOS

A história do homem sobre a Terra é a história de uma ruptura progressiva entre o homem e o entorno. Esse processo se acelera quando, praticamente ao mesmo tempo, o homem se descobre como indivíduo e inicia a mecanização do planeta, armando-se de novos instrumentos para tentar dominá-lo. A natureza artificializada marca uma grande mudança na história humana da natureza. Agora, com uma tecnociência, alcança-se o estágio supremo dessa evolução (SANTOS, 1994, p. 16).

A exploração crescente dos recursos naturais dessa maneira coloca em risco as condições físicas de vida na Terra, na medida em que a economia capitalista exige um nível e tipo de produção e consumo que são ambientalmente insustentáveis.

O planeta está chegando num ponto cada vez mais crítico, observando-se que não pode ser mantido o aumento constante do consumo. Já se verificam os seus impactos no plano ecológico global. Sabe-se que se trata de um tema muito complexo, pois as possibilidades de fixar limites são politicamente problemáticas, em qualquer parte do planeta. E como manter limites em um mundo obcecado em quebrar limites?

Segundo Nalini (2004), o consumismo é “o grande pecado ético desta era: acumular bens substituí-los sem necessidade, navegar na ilusão de que a multiplicação da posse e propriedade de objetos desnecessários constitui remédio para o vazio existencial e para angústia da morte”.

Efeitos consideráveis da propagação do consumo no mundo moderno foram sentidos também em termos ambientais. A massificação de objetos como automóveis, detergentes, plásticos e eletrodomésticos ocasionou a saturação e degradação de diversos ecossistemas em diferentes regiões do planeta.

As expressões “sociedade de consumo” ou “civilização de consumo” evoluíram para outro patamar, deixaram de habitar somente os livros de noções abstratas de economia e passaram a ocupar um espaço na linguagem cotidiana, quase sempre de forma pejorativa. O homem nos dias atuais, principalmente nas sociedades industriais ocidentais, porém não exclusivamente nelas, considera-se na obrigação de consumir algo, a verdadeira necessidade não é mais fator primordial no ato de consumo, as mercadorias duráveis foram transformadas em perecíveis, sua vida útil diminuída propositalmente, os produtos passaram a ser substituídos periodicamente, pelo incitamento à novidade, pelo temor causado por uma possível perda de status social. O desenvolvimento como mimetismo do modo de vida americano é na verdade, uma ilusão que aumenta a desigualdade social e a degradação ambiental.

Outros problemas também são resultantes do consumismo crescente, como a poluição. Em qualquer sociedade industrial, a poluição aumenta na medida em que cresce a produção. Para haver menos poluição é preciso diminuir a produção. Isso significa, também, menor produtividade, o que implica rebaixamento de salários, o que se torna impraticável num sistema que vive de consumo, o qual, por sua vez precisa aumentar para gerar lucros. Ou seja, despoluir representa um aumento de custo fora de questão e insuportável para uma economia que não levou em conta, a agressão ao meio ambiente. (CHIAVENATO, 1989)

A sociologia ambiental e a sociologia do consumo detectam que é extremamente complexa a relação entre a busca de novos estilos de vida e a atenção à sustentabilidade ambiental. Entre a capacidade de ação e escolha dos consumidores e a atuação de grandes setores produtivos e de comercialização, dá-se um emaranhado de situações qualitativas específicas. Mas, diversos autores reconhecem que, em termos de disposições e posturas direcionadas ao consumo, a questão da publicidade é um tema central.

Para o sistema de produção capitalista, o consumo tornou-se uma ideologia indispensável e com vasta significação cultural. Os padrões de consumo associados ao sucesso e veiculados como ideais sociais pela publicidade são incompatíveis com os limites ambientais. A sustentabilidade conflita com os ideais de



consumo (JHALLY, 1998; LEFF, 2006). Os padrões de consumo pregados pela publicidade implicam em uma relação insustentável com a natureza. Modificar estes padrões é um dos desafios mais importantes e difíceis da atualidade. Esta modificação não será facilmente alcançada e, para que ela ocorra, a publicidade deverá ser completamente reorganizada. Não parece viável banir, pura e simplesmente, toda a publicidade, mas a continuidade de sistemas de publicidade como os existentes hoje, sem dúvida, apontará para um apocalipse de origem ambiental (JHALLY, 1998).

Diante de tal quadro social, não surpreende que tenhamos dificuldade de reduzir o consumo, algo que será absolutamente necessário se desejarmos dar respostas à crise ambiental. Em outras palavras, os padrões de consumo precisarão ser alterados profundamente para que os sistemas biológicos possam renovar-se de modo a sustentar os processos produtivos. Atualmente, a publicidade pressiona na direção contrária. Ela nos leva para o consumo crescente, para o desperdício ambiental, para o desperdício das relações humanas. Associa nossa felicidade ao consumo de mercadorias. No mundo da publicidade, não são as relações humanas que nos trazem felicidade, mas ao contrário, são as mercadorias que nos trazem as relações humanas.

No entanto, nos últimos anos, houve alguns avanços na forma de pensar e agir. O grande desafio é de influenciar e modificar o pensamento das pessoas em relação ao consumo.

O discurso ambiental levou a alterações nas atividades empresariais. De acordo com Layrargues (1998), o mundo empresarial apropriou-se do discurso ambiental sem transformar profundamente suas práticas produtivas. Assim, este discurso passou a funcionar como uma camuflagem para atividades danosas ao ambiente e à saúde da população. O discurso ambiental também foi adotado por motivos puramente econômicos, pois se vislumbrou um mercado para certos produtos rotulados como ambientalmente corretos ou para empresas despoluidoras. O essencial é que essa apropriação tornou confuso o cenário em que ocorre o debate ambiental.

Portilho (2005) afirma que, no início dos anos 1990, ocorreu uma importante alteração nos rumos do debate ambiental internacional. Durante a preparação da Conferência da Rio-92, o tema dos efeitos do consumo dos países afluentes passou a ser inserido como fator de degradação ambiental, causando inicialmente controvérsias entre os atores envolvidos. Os países em desenvolvimento e as ONGs globais se esforçaram para transferir a responsabilidade para os estilos de vida de uso intensivo de recursos das nações mais ricas do mundo. Os países ricos, enquanto isso, trabalharam para manter a estreita visão que atribuía o problema ao crescimento populacional e ao *design* tecnológico.

Ao longo dos anos 1990, o reconhecimento do consumo ocidental como fator de degradação cresceu continuamente, interferindo na formulação de políticas ambientais e industriais com a adoção de eco-taxas e eco-rotulagens, entre outras iniciativas. Surge, nesse momento, a preocupação com a formação do consumidor verde, que seria um agente atuante na definição do processo produtivo e na utilização dos recursos naturais. Dentro dessa discussão sobre o consumo ambientalmente responsável, emerge a problemática do comportamento individual como variável essencial nos rumos da sustentabilidade.

Portilho (2005) mostra que a idéia de um consumo verde ocorre como resultado de uma conjunção de três fatores, que por se inter-relacionarem geram condições propícias para sua emergência. O advento, a partir da década de 70, do ambientalismo público; a ambientalização do setor empresarial, a partir da década de 80; e a emergência, a partir da década de 90, da preocupação com o impacto ambiental de estilos de vida e consumo das sociedades afluentes são fatores propulsores deste processo. A partir da combinação de fatores, um conjunto de atores relevantes se agrega ao processo de incluir cada vez mais atores e de estimular a co-responsabilidade dos indivíduos comuns, dadas as características das suas práticas cotidianas para atenuar ou agravar a crise ambiental. Assim, começam a se multiplicar e disseminar práticas individuais conscientes, bem informadas e preocupadas com a problemática ambiental. O termo sociedade sustentável começa a assumir uma visibilidade, e amplia o espectro de atores que consideram que suas ações passam a fazer parte de um repertório compartilhado por aqueles que vêem na mudança de comportamentos e escolhas a possibilidade de interferir na qualidade do meio ambiente.

Uma opção pelo consumo sustentável, tanto nos países ricos como nos pobres, é de fortalecer as lutas para atender às necessidades do ser humano da melhor maneira possível, com um uso mínimo de recursos naturais, dentro dos limites ecológicos do planeta.



Vários autores têm salientado a necessidade de uma visão dinâmica e evolutiva da sustentabilidade. Proops et al. (1996) afirmam que “a sustentabilidade não é algo a ser atingido, mas um constante processo”. Segundo Holling (2000) “sustentabilidade é a capacidade de criar, testar, e manter capacidade adaptativa” e “desenvolvimento é o processo de criação, teste, e manutenção de oportunidades”. Assim, para Holling (2000), “o desenvolvimento sustentável refere-se ao objetivo de promover capacidades adaptativas e criar oportunidades”. Voinov e Farley (2007) afirmam a existência de uma contradição interna no conceito de sustentabilidade. A partir da discussão de vários trabalhos, estes autores indicam que a manutenção de um sistema muitas vezes ocorre graças à renovação periódica de seus subsistemas, os quais não seriam, portanto, sustentáveis em termos absolutos. Assim, segundo Voinov e Farley (2007), a identificação da sustentabilidade com preservação a qualquer custo, sem levar em consideração os diferentes níveis hierárquicos dos sistemas, pode comprometer seriamente a sustentabilidade da biosfera (e, portanto, a de todos os subsistemas que a compõe).

Portanto, a promoção do desenvolvimento sustentável consiste, essencialmente, na promoção das propriedades sistêmicas responsáveis pela evolução das sociedades. Isto não significa afirmar que ações para solucionar problemas específicos do desenvolvimento sustentável não devam ser implementadas, as transformações das sociedades humanas são determinadas por processos cuja previsão e controle está além da capacidade de qualquer uma das suas partes.

Boff (2006) descreve que, sustentabilidade significa que no processo evolucionário e na dinâmica vigoram interdependências, redes de relações inclusivas, mutualidades e lógicas de cooperação que permitem que todos os seres convivam, co-evoluam e se ajudem mutuamente para manterem-se vivos e garantir a biodiversidade. A sustentabilidade vive do equilíbrio dinâmico, aberto a novas incorporações e da capacidade de transformar o caos gerador de novas ordens.

Ainda segundo Boff (2006) a ética nasce da essência do humano, deve poder ser compreendida por todos, e praticada por todos sem a necessidade de mediações explicativas complexas que mais confundem do que convencem. Ela supõe uma nova ótica que dê as boas razões para a nova ética e valores. Como diz a carta da terra: “Necessitamos com urgência de uma visão compartilhada de valores básicos para proporcionar um fundamento ético à comunidade mundial emergente”..

Capra (1996) relata que se estruturou o pensamento sistêmico, isto é, uma visão de que as propriedades essenciais de um organismo vivo são propriedades do todo, que nenhuma das partes possui. Ela surge da interação e da relação entre as partes. Essas propriedades são destruídas quando o sistema é dissecado, física ou teoricamente, em elementos isolados, a natureza do todo é sempre diferente da mera soma das suas partes.

A aplicação desta teoria sistêmica permitiu a introdução do termo e da concepção de ecossistema. Hoje, ecossistema é definido como uma unidade ecológica constituída por comunidades de organismos e suas interações ambientais físicas.

Nestas últimas décadas a perspectiva sistêmica tornou-se cada vez mais importante para o ser humano. Hoje ela não alimenta somente a compreensão científica do ecossistema, mas também a natureza da vida e sua relação com a paz.

E o novo princípio civilizatório é viver um modo sustentável de vida. A ética de sustentabilidade coloca a vida a cima do interesse econômico político ou prático instrumental, ela é uma ética para a renovação permanente da vida. Contudo, faz-se necessário seguir o slogan criado a partir do fórum Global 92 de “Pensar globalmente e atuar localmente”, mostrando que o que fazemos a nível local irá refletir a nível global e que somos responsáveis pela a saúde do planeta.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Numa visão sintética destaca-se a necessidade de olhar o mundo como um todo indiviso, no qual todas as partes do universo se fundem, incluindo o observador e seus instrumentos. Observador, objeto observado e processo de observação constituem uma totalidade indivisa, em movimento fluente, caracterizando o efetivo estado das coisas. A totalidade é o ponto vital de qualquer paradigma que surge a partir dessas idéias. Se há



movimento de energia, total e ininterrupto, todos os fenômenos não podem ser separados uns dos outros e, portanto, não existe a fragmentação e a separatividade que o modelo mecanicista pregava. É o pensamento do homem que fragmenta a sua realidade.

Este novo paradigma científico nos traz a percepção de um mundo complexo, a visão de contexto, uma visão mais ampla e abrangente, destacando a compreensão ecossistêmica da vida que enfatiza as relações do todo com as partes. É uma visão ecológica que reconheça a interdependência fundamental de todos os fenômenos e o perfeito entrosamento dos indivíduos e das sociedades nos processos cíclicos da natureza. Através desta percepção ecológica, podemos reconhecer a existência de uma consciência de unidade da teia da vida, a interdependência de suas múltiplas manifestações, seus ciclos de mudanças e de transformações.

Ao focar as diversas contradições e impasses sobre o relacionamento sociedade-natureza, podemos realçar que reconhecer o conceito de desenvolvimento sustentável, pode ser útil para qualificar um tipo de desenvolvimento em regiões delimitadas e em ecossistemas definidos, sendo possível existir a preservação do capital natural, vigorando um uso racional dos recursos e manter a capacidade de regeneração de todo o ecossistema.

Nesta teia interconexa constituída de conceitos, teorias e modelos, não há nada que seja mais fundamental ou primordial do que qualquer outra coisa. Desta forma, nenhuma ciência, disciplina ou teoria é mais importante do que outra, segundo nos ensina Capra. Daí a importância fundamental de focalizarmos o desenvolvimento humano como o fator preponderante deste momento de transição, como argamassa principal de um processo de transformação, que não significa apenas uma grande mudança, mas sim, uma transformação radical que afetará cada um de nós e as próximas gerações.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. BOFF, L. Ética e Sustentabilidade, Caderno de Debate, Agenda 21 e Sustentabilidade. MMA - Ministério do Meio Ambiente, Brasília, 2006.
2. CAMPOS, P. C. Jornalismo ambiental e consumo sustentável: o aquecimento global também tem origem no consumismo desenfreado. Biblioteca on-line de ciências da comunicação, 2006.
3. CAPRA, F. A teia da vida: uma nova compreensão científica dos sistemas vivos. São Paulo: Cultrix, 1996.
4. CAPRA, F. O ponto de mutação: A ciência, a sociedade e a cultura emergente. São Paulo: Cultrix, 1997.
5. CHIAVENATO, J. J. O massacre da natureza. São Paulo: Moderna, 1989.
6. HOLLING, C. S. Theories for Sustainable Futures. Conservation Ecology, v. 4, n. 2, p. 7, 2000. Disponível em: <<http://www.consecol.org/vol4/iss2/art7/>> Acesso em: 15 de fev. 2009.
7. JHALLY, S. Advertising at the edge of apocalypse, 1998. Disponível em: <http://www.sutjhally.com/cv/cv_frame.html> Acesso em: 29 de março de 2009.
8. LAYRARGUES, P. P. A cortina de fumaça. São Paulo: Annablume, 1998.
9. LEFF, E. Racionalidade ambiental: a reapropriação social da natureza. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.
10. NALINI, J. R., Ética Geral e profissional, editora: revista dos tribunais, 2004.
11. PORTILHO, F. Sustentabilidade ambiental, consumo e cidadania, São Paulo, Cortez, 2005.
12. PROOPS, J. L. R. et al. Achieving a sustainable world. Ecological Economics, v. 17, n. 3, p. 133-135, 1996.
13. SANTOS, M. Técnica, espaço e tempo. Globalização e meio técnico-científico-informacional. São Paulo, Hucitec, 1994.
14. VERGARA, S. C. Projetos e Relatórios de Pesquisa em Administração. São Paulo: Atlas, 2007.
15. VOINOV, A.; FARLEY, J. Reconciling sustainability, systems theory and discounting. Ecological Economy, v. 63, n. 1, p. 104-113, 2007. Disponível em: <<http://www.sciencedirect.com/ecolec>>. Acesso em: 29 de março de 2009.